

EXAME NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO

12.º Ano de Escolaridade (Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto)
Cursos Gerais — Agrupamentos 3 e 4

Duração da prova: 120 minutos
2000

1.ª FASE
2.ª CHAMADA

PROVA ESCRITA DE INTRODUÇÃO AO DIREITO

Nota – Na avaliação das suas respostas serão tidas em conta:

- a clareza da exposição;
 - a sequência lógica das ideias apresentadas;
 - a utilização de linguagem científica apropriada.
- É permitido o uso da Constituição da República Portuguesa **não anotada** (4.ª Revisão – 1997).

I

Após a leitura do texto, deverá responder **APENAS a 4** dos 5 itens apresentados. Se responder a todos os itens, só os quatro primeiros serão classificados.

«No Direito Constitucional de qualquer país aparecem sempre normas provindas da lei, do costume e da jurisprudência. O que varia é a predominância de uns e de outros elementos e o modo como se articulam entre si. No Direito Constitucional da Grã-Bretanha, essa predominância cabe ao costume, o que constitui um caso único hoje, sem paralelo em qualquer outro país.»

Jorge Miranda, *Manual de Direito Constitucional*, vol. I, Coimbra Editora, Coimbra, 1981

1. O texto refere que o costume predomina no Direito Constitucional da Grã-Bretanha.
Refira o que se entende por costume.
2. O Direito Constitucional é um ramo do Direito Público.
Defina Direito Público, de acordo com um dos critérios estudados para o distinguir de Direito Privado.
3. A Constituição da República Portuguesa ocupa um lugar cimeiro na hierarquia das leis.
Refira em que consiste o princípio da hierarquia das leis.
4. As normas constitucionais discriminam os poderes e as funções dos órgãos essenciais do Estado.
Indique duas funções que sejam exercidas tanto pela Assembleia da República como pelo Governo.
5. Certas normas podem ser declaradas inconstitucionais.
Refira em que consiste a inconstitucionalidade material.

V.S.F.F.

Nos grupos **II** e **III**, **todos** os itens são de resposta obrigatória.

II

O texto que se segue faz referência à intervenção do Provedor de Justiça em matérias relacionadas com o ambiente.

«O Provedor de Justiça recomendou a revogação do 'despacho da Ministra do Ambiente, de 28 de Dezembro, de 1998, que aprovou o Projecto de Eliminação de Resíduos Industriais pelo Sector Cimenteiro' e que a 'Estratégia de Gestão dos Resíduos Industriais, aprovada pela resolução do Conselho de Ministros 98/97, de 25 de Junho, seja submetida a participação popular e sujeita a audiência prévia nos termos do disposto na Lei 83/95, de 31 de Agosto'.»

Diário de Notícias, 27/01/1999

1. O texto refere «despacho» e «resolução». Estes diplomas são leis em sentido material.
Refira o que se entende por lei em sentido material.
2. O Provedor de Justiça recomendou a revogação do despacho da Ministra do Ambiente.
 - 2.1. **Distinga** revogação de caducidade das normas jurídicas.
 - 2.2. **Explique** o papel do Provedor de Justiça na defesa dos interesses legalmente protegidos e dos direitos dos cidadãos.

III

Leia com atenção o seguinte artigo do Código Civil:

«Artigo 123.º

Salvo disposição em contrário, os menores carecem de capacidade para o exercício de direitos.»

Considere, agora, a seguinte situação:

Carlos, solteiro, de 17 anos, não emancipado, recebeu da sua madrinha, como herança, um apartamento, situado em Lisboa. Como vivia em Lisboa com os pais e queria muito ter um apartamento de férias no Algarve, resolveu vender, de imediato, o apartamento que tinha herdado da madrinha.

1. Carlos não é emancipado.
Indique os efeitos jurídicos da emancipação.
2. Os menores são representados pelos pais, ou, em certos casos, por um tutor.
Distinga tutor de curador.
3. **Explique**, com base no artigo transcrito, se o pai de Carlos poderá pôr em causa a validade do contrato realizado pelo filho.

IV

O **GRUPO IV** é constituído por dois itens de desenvolvimento.

Leia com atenção cada um dos temas propostos e responda **APENAS a UM deles**, à sua escolha. No caso de responder aos dois temas, só a primeira resposta será classificada.

TEMA A

«Se se prosseguir cegamente a Justiça sem atender à Segurança, a instabilidade da vida social anulará as vantagens teoricamente obtidas; se se prosseguir a Segurança sem atender à Justiça, caminhar-se-á para formas de opressão ou de embotamento que tornam a ordem social daí resultante uma carapaça da força.»

J. Oliveira Ascensão, *O Direito – Introdução e Teoria Geral*, Ed. Gulbenkian, 10.ª ed., Lisboa, 1996

Analise o texto, relacionando-o com os seguintes aspectos:

- relação entre ordem social e ordem jurídica;
- realização dos valores da Justiça e da Segurança: seu possível confronto.

TEMA B

«A Assembleia da República é o órgão legislativo por excelência, a ela cabendo a função de fazer leis. A função legislativa não é, hoje, um monopólio da Assembleia da República, (...) mas o órgão legiferante primário é ainda o Parlamento.»

Gomes Canotilho, *Direito Constitucional*, Almedina, Coimbra, 1991 (adaptado)

Analise o texto, relacionando-o com os seguintes aspectos:

- a função legislativa não é, de acordo com a Constituição da República Portuguesa, monopólio da Assembleia da República;
- a existência de reserva absoluta e de reserva relativa de competência legislativa da Assembleia da República.

FIM

V.S.F.F.

129/3

COTAÇÕES

I

1.	15 pontos
2.	15 pontos
3.	15 pontos
4.	15 pontos
5.	15 pontos
(4 × 15 = 60)	60 pontos

II

1.	15 pontos
2.1.	20 pontos
2.2.	20 pontos
	55 pontos

III

1.	15 pontos
2.	20 pontos
3.	20 pontos
	55 pontos

IV

A ou B	30 pontos
	30 pontos

TOTAL **200 pontos**